

TURISMO E ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCORPORAÇÃO DO TERRITÓRIO

LILIAN DE LINS WANDERLEY

DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO BRASIL: antecedentes e perspectivas

O turismo é uma das atividades que mais progride no mundo, caracterizando-se por um crescimento anual de 12% que movimentava 3,4 trilhões de dólares, superando a indústria de armamentos, a indústria automobilística e a exploração de petróleo.

No Brasil, o turismo tem tido um comportamento de altos e baixos atraindo, em 1980, 0,6% do fluxo total de turistas internacionais, percentagem que caiu para 0,24% em 1990, enquanto a participação na receita gerada pela atividade declinou de 1,8% para 0,57% no mesmo período. Até 1992 o fluxo de turistas estrangeiros continuava em queda, mas o ano de 1995 representou a recuperação do movimento de entrada de estrangeiros com o retorno aos dois milhões de visitantes, duas vezes mais do que 1990, quando a crise econômica mundial e a imagem do Brasil era das mais negativas.

Apesar de composto por metrópoles de intensa vida noturna, pelo patrimônio ecológico da Amazônia e do Pantanal Mato-grossense, por cidades históricas como Salvador, Olinda e Ouro Preto, por 8.000km de litoral ensolarado, quase todo próprio ao turismo durante todo o ano, deslumbrantes paisagens naturais do interior do Brasil e valorizados recursos biológicos emersos e submarinos da zona costeira, o potencial turístico brasileiro não consegue fazer o país avançar do 42º lugar que ocupa entre os principais destinos turísticos mundiais. A razão para este fato pode estar na falta de infra-estrutura adequada para o atendimento ao turismo segmentado, no baixo investimento em promoção no exterior, sem falar nas facilidades encontradas pelo turista brasileiro para viajar para outros países, que representa séria drenagem de renda para fora do setor. Em que pese as condições desfavoráveis, no período 1987/90 o turismo contribuiu em média com 4,7% das exportações brasileiras, superando em 1991 as receitas obtidas com as vendas externas de café, farelo de soja e suco de laranja, passando a ocupar o 5º lugar na pauta de exportações. A geração de emprego é uma realidade, ocupando 2,6% da população economicamente ativa nas atividades diretas e indiretas que correspondeu, em 1989, a um contingente de 1,6 milhão de trabalhadores, dos quais 320.000 empregados em hotéis, pousadas e outros meios de hospedagem.

A política nacional de turismo tem sido conduzida pela Embratur - Empresa Brasileira de Turismo, desde 1966, promotora do crescimento do turismo e do aumento das instalações hoteleiras de 16.313 em 1967 para 120.000 aposentos em 1987, elevando de 164 para 1980 o número de hotéis classificados.

O ano de 1991 marca a criação do produto Turismo Ecológico, com a assinatura de convênio entre o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a Embratur, agora denominada Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Em 1993 é lançado o Projeto Manual Operacional do Ecoturismo, que enfatiza as unidades de conservação e atrativos ecológicos. O Projeto Ecoturístico passa a ter como suporte financeiro o FNO - Fundo Constitucional do Norte, com financiamento para hotéis ambientalmente adequados, meios de transporte de uso exclusivo do turista ecológico, como por exemplo hotéis - barcos, camping ecológico, restaurantes e equipamentos especiais. Enquanto o ecoturismo visa preferentemente a integração turística da região Norte, o PRODETUR/NE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, criado em 1991 com suporte financeiro do BID - Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, pretende equipar o Nordeste para a geração de emprego e renda através do turismo, especialmente o turismo litorâneo. Por seu elevado poder de investimento em infra-estrutura básica e em financiamento à iniciativa privada o PRODETUR / NE tem motivado os governos estaduais a assumirem compromissos de proteção ecológica e a instituírem APAs - Áreas de Proteção Ambiental justapostas ou sobrepostas aos espaços litorâneos que serão alvo do Programa, conscientes de que elas sofrerão forte impacto decorrente da ocupação acelerada e do aporte de visitantes que os investimentos provocarão na região.

ECOTURISMO: estratégia de integração ambiental e econômica do território

O Ecoturismo representa no mundo apenas 5% do turismo comum, não é por natureza uma atividade de massas sendo extensivo ao invés de concentrado. Em que pese sua pequena participação no bolo turístico global, apresenta taxas de crescimento da ordem de 20% ao ano, enquanto o turismo comum cresce apenas 12%.

Para Ceballos-Lascuráin (1990) **Ecoturismo é a modalidade turística que apresenta como principal motivação viajar para áreas naturais pouco modificadas e livres de contaminação, com o objetivo de estudar, admirar e desfrutar ativamente de suas paisagens, plantas e animais silvestres, assim como das manifestações culturais nelas existentes.** Para Mayo (1992), **é o turismo dedicado ao desfrute da natureza de forma ativa e com o objetivo de conhecer e interpretar os valores naturais e culturais existentes, em estreita interação e integração com as comunidades locais e com um mínimo impacto sobre os recursos.**

Chavez e Rosebal (1992) visualizam no Ecoturismo os sentidos econômico, ecológico e social. Econômico porque é sem dúvida um negócio. Ecológico, no sentido de atuar como instrumento para defender áreas silvestres que de outra forma talvez não receberiam uma adequada proteção; e social porque permite melhor que os outros tipos de turismo, uma proximidade cultural com as povoações dos lugares visitados, desenvolvendo-se principalmente em Parques Nacionais e outros tipos de áreas silvestres protegidas.

O ecoturismo confunde-se ou é uma variante do turismo rural pois tanto quanto este requer capacidade de carga reduzida, sem numerosas e incômodas presenças humanas e cujo contato com as populações residentes, com seus modos de vida e sistema de valores diferenciados, promove enriquecimentos pessoais de parte a parte (Cavaco, 1994). Dentro desse enfoque é que tem se verificado no meio dos principais mercados turísticos e áreas emissoras internacionais um interesse crescente pelas novas alternativas de lazer e turismo. Conforme pesquisa sobre o destino dos países europeus e CEE em 1986 (Cavaco, 1994), as preferências indicaram o **campo** com 25 a 35%, as **curiosidades naturais** com 47 a 66% e as **paisagens intactas** com 17 a 43%.

O impulso produzido por um mercado de lazer atraído pelos princípios éticos da preservação da natureza resultou na existência de um acervo natural de 963 Parques Nacionais e reservas análogas ou equivalentes, inventariados em 1980 pela União Internacional para a Conservação da Natureza - UICN. Suas estruturas cobriam 233,7 milhões de hectares ou 1,65% da superfície terrestre, sendo que 115 se localizavam em países da Europa cobrindo 5,8 milhões de ha, menos de 1% do seu território. Em 1974, com a criação do Parque Nacional da Groelândia, pela Dinamarca, a superfície foi acrescida de mais 70 milhões de ha.

O crescimento do mercado ecoturístico americano se dá em ritmo acelerado. Em 1872 os Estados Unidos criaram o seu primeiro Parque e em 1967, 105 milhões de visitantes foram registrados nos seus 36 parques, fluxo turístico que dobrou em 1980 para 220 milhões. Nesse espaço de 13 anos, o fluxo de pessoas em relação a área dos parques indica que a densidade de freqüência por hectare passou de 28 para 564 turistas.

Uma grande dificuldade que cerca o Ecoturismo nos países em desenvolvimento é que não existem estudos confiáveis que quantifiquem sua magnitude, sendo freqüente que o turismo cresça sem que se contem com os elementos para seu adequado planejamento e apropriados mecanismos de controle e de administração. Apesar de tudo, alguns países da América Latina tem conseguido estimativas que demonstram o seu crescimento. É o caso da Colômbia, que alcançou uma taxa anual de 11% nos últimos 10 anos, da Costa Rica com 6% ao ano, Equador com 8% e El Salvador com taxa de 3% anual (Arregui, 1992).

O grande mercado supridor de ecoturistas para a América Latina e Caribe são os Estados Unidos, pioneiros na vivência em áreas protegidas, o que prova uma pesquisa conduzida pelo Serviço de Pesca e Vida Silvestre dos Estados Unidos, mediante a qual 29 milhões de cidadãos americanos interessados no **uso não consuntivo da vida silvestre** participaram de aproximadamente 310 milhões de viagens ecológicas fora de seus locais de origem em 1980.

O ecoturismo pode gerar recursos necessários para a economia regional e local, maior consciência da importância da conservação, bem como novos incentivos para que os governos e os habitantes próximos das áreas dos Parques saibam preservá-los. Por outro lado, e na maioria dos casos, os Parques nos países em desenvolvimento surgiram há relativamente pouco tempo e não contam com estruturas suficientes e adequadas para a atividade ecoturística, carecendo até mesmo de guias treinados e materiais ilustrativos. Geralmente não possuem meios de receber dinheiro dos visitantes e com freqüência não

dispõem de restaurantes e alojamentos de permanência, perdendo a oportunidade de atrair dinheiro para o parque e emprego para os seus habitantes (Boo, 1992). Estudo da WWF conduzido por Boo (1992) sobre o Ecoturismo em áreas protegidas da América Latina e Caribe levou ao esclarecimento de vários pontos sobre o assunto. Uma constatação é que nos cinco países abrangidos pela pesquisa (México, Equador, Costa Rica, República Dominicana e Belice) as políticas de turismo continuam se realizando sobre enfoques tradicionais e poucos deles tem se organizado conscientemente sobre o ecoturismo, fazendo-se uma certa exceção para o Equador e Costa Rica. Esses países acham-se bem colocados no que tange ao Ecoturismo, pelas respostas que foram dadas pelos turistas entrevistados nos seus aeroportos. O México, que é um dos campeões do destino internacional de viagens a nível mundial, teve apenas 11% dos entrevistados mencionando a natureza como fator importante na escolha de um roteiro de viagem, enquanto na Costa Rica esse percentual foi de 30% e no Equador 76%. Neste país, 76% dos entrevistados haviam visitado o Parque Nacional das Ilhas Galápagos, preferência que faz desse Parque um dos únicos da América Latina e Caribe com amplas condições de auto-sustentação.

A magnitude dos benefícios que os países recebem do turismo ecológico depende da escala, do tamanho do país e da complexidade da sua economia. Para países como Rwanda e República Dominicana um certo volume de ecoturistas produz uma diferença enorme na economia, o que não acontece com o México (Boo, 1992). Sem dúvida, porém, para um grande número de países os benefícios do turismo ecológico engendram justificativas econômicas para a proteção de áreas que de outra forma não estariam garantidas.

A POLÍTICA BRASILEIRA PARA O ECOTURISMO E O ECOTURISTA BRASILEIRO

O Brasil é um país bastante adequado ao Ecoturismo, em virtude do seu excesso de natureza e da tradição de áreas protegidas que resguardam um patrimônio natural ainda bastante preservado. Seu estudo porém, enfrenta sérias dificuldades que começam pelo próprio nível de organização da atividade, ainda bastante incipiente e precário, e a ausência de uma boa base de informações para que à sua gestão se alie adequadamente a gestão dos recursos naturais.

O documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (Embratur, 1994) deixa claro que o Ecoturismo Oficial se apoiará basicamente nas Unidades de Conservação onde essa atividade é permitida e pretende ampliar a rede de Unidades a ele integradas. Viabilizar-se-á em nove grupos de ações, cuja execução requererá a participação conjunta Embratur - IBAMA e dentre elas merecem destaque Formação e Capacitação de Recursos Humanos, Regulamentação do Ecoturismo, Conscientização e Informação do Turista e Gerenciamento de Informações.

Em que pese o fato de só recentemente o Governo Brasileiro ter despertado para as possibilidades e dividendos do Ecoturismo em termos econômicos e de conservação da natureza, começaram a ser produzidos alguns documentos para orientar pessoas e organizações interessadas. Destaca-se o Manual de Ecoturismo (1994), produzido através de consultoria internacional contratada pela EMBRATUR e o documento

Ecoturismo: Diretrizes para uma Política Nacional (1994), elaborado conjuntamente pela EMBRATUR e o IBAMA.

O apoio do IBAMA a ONGs, especialmente a WWF, que vem estudando o Ecoturismo e produzindo documentos de ampla divulgação, indica que a participação das Unidades de Conservação no desenvolvimento e consolidação do Ecoturismo no Brasil é algo bastante concreto e requer parcerias que apoiem uma atividade que pode resultar em sérios prejuízos ambientais, a fim de reduzir as suas possibilidades de riscos.

Pesquisa levada por Ruschmann (1995) sobre o turismo ecológico no Brasil retrata sérias dificuldades de informações necessárias a um perfil realista da atividade, em virtude da falta de um **bureau** especializado no assunto. Apesar de tudo, a pesquisa mostrou que, semelhante ao resto da América Latina e o Caribe, as atividades desenvolvidas são simplórias (caminhadas, estudos do meio, brincadeiras, trilhas, safaris fotográficos, banhos de mar, de rio e de lagoas) e a qualidade da hospedagem é quase sempre rústica, em pousadas e hotéis simples, campings e albergues da juventude. Na maioria das agências pesquisadas em quase todo o Brasil mas principalmente S.Paulo, 83% eram brasileiros com renda entre US\$ 17.000 a US\$ 26.000 anuais, menor do que a dos ecoturistas americanos que chega a US\$ 45.000. Os ecoturistas tem instrução predominantemente superior ou em andamento (75%) e 40% já haviam feito mais de 10 viagens em toda a vida, enquanto o ecoturista americano faz em média três viagens anuais longas. Segundo Ruschman (1995) a duração média das viagens ecoturísticas no Brasil é de 1 a 3 dias (69%) e o destino preferencial dos turistas ecológicos no Brasil, são os Parques Nacionais que se acham geograficamente distribuídos por todas as regiões do País.

PARQUES NACIONAIS DO BRASIL: espaços de lazer e conservação

A primeira unidade de conservação criada no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia em 1937, 65 anos depois do primeiro Parque Nacional americano. A continuada luta pela preservação de espaços naturais no Brasil, iniciada pelos 30.000ha do Itatiaia, resultou na ampliação dessa superfície para os 31.896.290ha distribuídos por 35 Parques Nacionais, 23 Reservas Biológicas, 21 Estações Ecológicas, 38 Florestas Nacionais, 9 Reservas Extrativistas e 18 Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Federais até 1993, que equivaliam a 3,9% do território.

É bastante variado o grau de utilização dos Parques Nacionais para fins de recreação e lazer, bem como é diversificada a infra-estrutura para atendimento aos visitantes, que vai de sua quase inexistência até a presença, embora rara, de hotéis de nível internacional. O aparato de apoio em termos de pessoal para vigilância, controle de acesso e funcionamento administrativo é quase sempre deficitário o que certamente desencoraja atitudes mais ousadas para aumento do fluxo de visitantes. Sem fugir à regra dos Parques Nacionais na América Latina, a receita oriunda da visitação pública é pequena em quase todos os Parques e somente alguns cobram ingresso, facultando-se em geral a entrada por solicitação de autorização ao Departamento de Unidades de Conservação do IBAMA em Brasília.

A visitação com fins diversificados (recreação, lazer e pesquisa) feita pelos habitantes da capital do Estado e cidades mais próximas, por turistas e por estudiosos está diretamente relacionada a acessibilidade da região, em primeiro lugar, da existência de meios de acesso e de comunicações ao próprio Parque e da presença da infra-estrutura para permanência, seja nos Parque ou nos seus arredores. Essas condições explicam o fato de que dos 35 Parques Nacionais brasileiros, recebem menos visitantes os que ficam localizados em regiões de menor acessibilidade para os brasileiros e estrangeiros em geral. São os casos do Parque Nacional da Amazônia (PA), Parque Nacional do Pico da Neblina (AM), Parque Nacional dos Picaás Novos (RO), Parque Nacional do Cabo Orange (AP), Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), Parque Nacional do Jaú (AM), Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG), Parque Nacional de Monte Roraima (RR), Parque Nacional do Superagui (PR), Parque Nacional do Araguaia (TO) e até mesmo dos Parques que recebem da imprensa em geral, e particularmente das emissoras de televisão, reportagens que divulgam com frequência suas potencialidades ecológicas e riquezas naturais. É o caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT) e Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (MT), bastante prestigiados nos meios de comunicação. Além da baixa acessibilidade e da significativa distância das capitais e dos maiores centros urbanos do País, outro fator desestimulante à visitação é a falta de alojamentos e instalações para hospedagem dentro da Unidade.

Dentre os Parques mais visitados, está o Parque Nacional do Itatiaia, o mais antigo do Brasil e sua localização próxima à Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem sido fator positivo para a afluência dos visitantes e turistas ao Parque. Além de casas para hóspedes e camping, existem ao redor do Parque inúmeros hotéis e pousadas, bem como restaurantes e lojas de artesanato cerâmico e culinário que atendem à grande quantidade de hóspedes e de visitantes de curta permanência, principalmente nos meses de férias. A visita a este Parque tem sido objeto de motivação para os pacotes turísticos que as agências organizam durante todo o ano para esta porção montanhosa do Sudeste.

Semelhante ao Itatiaia em atributos naturais e meios de hospedagem, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, beneficia-se do grande fluxo turístico nacional e internacional dirigido às cidades de Teresópolis e Petrópolis, a duas horas de carro da cidade do Rio de Janeiro, e está inserido nos pacotes turísticos para esta região.

Bastante visitado por cariocas e turistas em geral, o Parque Nacional da Tijuca constitui-se um reduto remanescente da Mata Atlântica. Faz parte da vida da cidade do Rio de Janeiro, sendo bastante acessível aos moradores. Os roteiros rápidos (trilhas, Vista Chinesa) ocupam os visitantes por algumas horas, e os interessados em explorar a floresta e subir montanhas pernoitam em barracas próprias por vários dias.

Outro Parque bem visitado é o Parque Nacional do Iguaçu, cujo maior atrativo são as cachoeiras, famosas em todo o País e fora dele e conta com infra-estrutura para camping e hotel de categoria internacional.

Com grande integração ao meio social, o Parque Nacional de Brasília, instituído um ano e meio após a inauguração dessa cidade, dispõe de equipamentos de recreação para

crianças, piscinas de água mineral e excelente infra-estrutura com sanitários públicos, churrasqueiras e instalações para piqueniques. É grande o número de visitantes e os recursos naturais desse Parque, especialmente os Cerrados, recebem assídua atenção de estudantes locais e pesquisadores nacionais e estrangeiros.

Destaque especial merece ser dado ao Parque Nacional de Fernando de Noronha, que se desenvolve dentro de uma perspectiva cada vez mais consolidada de integração territorial turismo - meio ambiente. Este Parque, criado há menos de 10 anos, está localizado neste arquipélago e, devido ao isolamento e distância do continente, foi levado a instalar uma infra-estrutura mínima para os visitantes. Até 1985 o arquipélago era um Território Federal controlado por militares e a partir de 85 vira Estado, o controle sai das forças armadas para o setor civil, passando a se constituir em atração turística nacional e internacional, aberta à visitação de turistas. A criação do Parque Nacional deu-se em 1988 e nesse mesmo ano, com a aprovação da nova Constituição Brasileira, passa a Município do Estado de Pernambuco, na Região Nordeste, distante 545 km desse arquipélago.

O acesso a Fernando de Noronha é feito por barcos grandes e aviões com retornos programados de no mínimo 5 dias, determinando assim a permanência dos turistas. A ilha principal é ocupada por uma população nativa que se abastece quase que inteiramente do continente e reside na conhecida Vila dos Remédios. Existem vãos comerciais uma vez por semana e pode-se alugar um barco pesqueiro em Recife, João Pessoa e Natal para uma viagem que pode durar de 12 a 36 horas, dependendo das condições do mar. Na Vila dos Remédios, sede do município, existe a pousada estatal Esmeralda com 120 leitos, e os pacotes das empresas inclui muitas vezes a Hospedaria Familiar, que se constitui em hospedagem em casa das famílias dos ilhéus. O acesso às áreas do Parque necessita de autorização do IBAMA e os guias oficiais são rigorosos quanto a conduta ambiental dos visitantes. Ao desembarcar na Ilha, o visitante paga uma taxa cobrada pelo Estado de Pernambuco, pagando ao IBAMA simples ingresso de entrada no Parque. Recursos marinhos tipo Enseada dos Golfinhos e locais para exploração visual submarina são as maiores atrações do Parque. Fotografias, filmagens, contemplação, caminhadas, mergulho, banho de mar e sol fazem parte de projetos de conscientização e conservação da Ilha, que vão desde palestras às caminhadas ecológicas. Os turistas são orientados com informativo sobre o Parque e a Ilha e participam de uma extensa programação de palestras voltadas para a conservação do Arquipélago.

É uma Unidade sob crescente pressão turística nacional e internacional e os seus administradores lutam para por em prática o seu Zoneamento e Plano de Manejo.

No Nordeste do Brasil só mais recentemente é que os Parques Nacionais passaram a se constituir como roteiros de viagens para turistas e até mesmo para visitantes da região. Além do Parque Nacional de Fernando de Noronha, merecem destaque o Parque Nacional de Ubajara (CE), o Parque Nacional de Sete Cidades e o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Nenhum dos três Parques possui infra-estrutura para hospedagem, resumindo-se ao Centro de Visitantes que às vezes consegue abrigar pesquisadores, como em quase todos os Parques nessa condição.

O Parque Nacional de Ubajara, no Ceará, elevou o seu número de visitantes instalando em 1975 um teleférico para turistas e um sistema de iluminação artificial adequado para reflexão colorida nas estalactites das grutas. Em 1976, o número de visitantes foi de 33.854, atingindo em 1979 39.054 pessoas, basicamente concentrado nas férias escolares. Os visitantes são pessoas procedentes do próprio Estado. Uma parcela mínima de outros Estados e do exterior visitam o Parque e os pesquisadores utilizam acomodações de hotéis e pousadas nas redondezas e na cidade de Ubajara. Tal como o Parque Nacional de Sete Cidades (PI), esse Parque possui Zoneamento e Plano de Manejo com determinação de suas respectivas capacidades de carga. Construção do Centro de Visitantes, sanitários e outras instalações, e massivas campanhas de divulgação estão previstas no referido Plano.

No Piauí, o Parque Nacional de Sete Cidades é o principal atrativo turístico natural. Criado em 1961, o número de visitantes alcançou 4.100 pessoas dez anos depois e em 1976 esse número subiu para 7.200, continuando a elevar-se ano após ano. Uma parte dos visitantes está interessada nos monumentos geológicos e pinturas rupestres, enquanto outra em atividades meramente recreativas como piscinas e áreas de piqueniques. Embora exista o Hotel - Abrigo, é intenção do IBAMA desativá-lo para incentivar a iniciativa privada nos arredores do Parque, a exemplo do que já ocorre, e onde se destaca um bom hotel fazenda munido com piscina. O nome Sete Cidades advém das formações rochosas de arenitos com aparência de casco de tartaruga construídas pela modelagem da erosão pluvial, especializadas em 7 núcleos distribuídos na área. O Plano de Manejo do Parque inclui incentivos ao turismo regional e nacional, divulgação e articulação com os agentes de viagens, e medidas controladoras do meio ambiente.

A Chapada Diamantina é uma das áreas do Nordeste com maiores potencialidades naturais e paisagísticas, razão pela qual, fora da zona litorânea é a mais privilegiada em atenções por parte da mídia, especialmente a televisão e os cadernos especiais da grande imprensa nacional. Chegam, semanalmente, caravanas e grupos de turistas, permanecendo no mínimo três dias. A cidade de Lençóis, situada a 3km da entrada do Parque, elevou consideravelmente o número de leitos nos últimos 6 anos, tendo-se além de pousadas e hotéis bem equipados, a alternativa de hospedagem em casas de família da cidade. O Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, com seus objetivos de geração de emprego e renda, estruturou circuitos ecoturísticos que poderão transformar este Parque num dos maiores pólos ecoturísticos do Brasil.

A INCORPORAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO E ECOTURÍSTICO EM ÁREAS PROTEGIDAS DO NORDESTE DO BRASIL: o caso da Bahia

Com o respaldo de um espaço litorâneo de 1.103km de extensão rico em patrimônio natural e cultural e grandes atrativos ambientais interioranos representados pela região da Chapada Diamantina, o Governo do Estado desenvolveu o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia que já investiu entre 1991 e 1993 quase 300 milhões de dólares na infra-estrutura, de transportes, telecomunicações, energia elétrica, saneamento, abastecimento, segurança, preservação ambiental, capacitação profissional e promoção nos grandes mercados emissores de fluxos turísticos nacionais e internacionais. O Programa busca o crescimento sócio-econômico através da geração de emprego e renda e seus pontos fortes são os negócios turísticos em geral, a consolidação do turismo ecológico em áreas protegidas e em Unidades de Conservação, a construção de infra-estrutura turística e o desenvolvimento de zonas de ocupação de veraneio ou de segunda residência, incorporando o território com riscos ambientais pretendidamente mínimos, desde Salvador até o extremo sul do litoral baiano.

A principal fonte de financiamento para o setor estatal e para a iniciativa privada é o PRODETUR/NE - Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, que congrega recursos de bancos nacionais e internacionais. Apoiada no consistente patrimônio natural ainda bastante preservado, esta estratégia turística motivou a criação de 19 APAs localizadas quase todas no litoral, integrado-as a Parques Nacionais já existentes.

O Parque Nacional é uma área delimitada por abranger atributos excepcionais da natureza a serem preservados permanentemente, que está submetida a regime jurídico de inalienabilidade e indisponibilidade em seus limites, inalteráveis a não ser por ação de autoridade legislativa competente, e que está administrada pelo Governo Federal, de modo a conciliar harmonicamente os usos científicos, educativos e recreativos, com preservação integral e perene do patrimônio natural (Muller, 1978), podendo ser integrada nas políticas de ecoturismo e lazer.

A APA é uma categoria de unidade de conservação ambiental diferente de Parque, tendo-se proliferado bastante nos últimos dez anos. Antes de ser uma unidade de conservação propriamente dita, a APA consiste de um ordenamento territorial da propriedade privada para fins ambientais, não requerendo regularização fundiária nem outros aparatos inerentes a uma área pública. É uma categoria especial onde convive a população local com suas atividades normais, que passam ao controle de uma entidade administradora pública. Não há proibição de habitação, residência e atividades produtivas e o proprietário não perde a posse do imóvel, apenas deve obedecer às limitações administrativas de uso.

O Programa Turístico da Bahia envolverá as APAs, de caráter menos restritivo, e os Parques, integrando-os à totalidade do espaço institucional do Programa. Os investimentos estarão voltados para aeroportos, rodovias, parques temáticos, centros náuticos, embarcações de ecoturismo, hotéis, resort, pousadas, SPAs e hotéis-fazendas, com instalação de mais de 80.000 leitos para permanência de turistas nacionais e estrangeiros.

É evidente que a aceleração do processo de ocupação é um dos aspectos de maior risco para o litoral baiano, presumido-se que, em lugar da grande extensão de áreas ainda preservadas, terá lugar um “continuum” desde Salvador até o extremo Sul da Bahia, num prazo de 10 a 15 anos. Por essa razão, a gestão ambiental pretende se apoiar nas APAs e nos Parques, extrapolando dos seus espaços formalmente circunscritos o zoneamento que disciplinará a ocupação de segunda residência, da urbanização e do lazer.

Associados às unidades de conservação, elementos básicos viabilizarão a estratégia de incorporação do território: centros turísticos, zonas de lazer, vilas turísticas e circuitos ecoturísticos. As zonas de lazer e esportes localizadas nos Centros Turísticos destinam-se ao uso comum, englobando parque temático, campos de golfe, quadras de tênis, hípica, trilhas, centros náuticos com escolas de mergulho, escunas para passeios e marinas. As vilas turísticas destinam-se a aproximar o turista da cultura local e proporcionar aos seus habitantes oportunidades de ganhos imediatos pela oferta de produtos do artesanato, pequenas lojas e serviços, pousadas, vilages e chalés. Os Circuitos Ecoturísticos da Chapada Diamantina são roteiros de natureza campestre, onde haverá resorts de montanha, SPAs e hotéis-fazendas e ao integrá-los ao turismo costeiro, o Programa investe na maximização dos lucros e dos benefícios, apropriando-se de todo e qualquer espaço propício ao turismo e ao ecoturismo ainda disponível no Estado da Bahia. O marketing do Programa nos grandes mercados investidores e consumidores turísticos alia recursos culturais e históricos a recursos ambientais. É o caso do Castelo Garcia d’Ávila na Zona Turística Costa dos Coqueiros, considerado por historiadores como o único castelo feudal do Brasil, e o Parque Nacional de Monte Pascoal, na Zona Turística Costa do Descobrimento que marca o lugar do Descobrimento do Brasil. As fazendas da Zona Turística do Cacao, a arquitetura urbana da época do apogeu econômico deste produto e os recantos da cidade de Ilhéus, historiados e romanceados pelo escritor Jorge Amado representam também forte atrativos culturais. O Centro Turístico Itacaré - Ilhéus, a 70km desta cidade, será construído dentro de uma APA, juntamente com um aeroporto de porte internacional que servirá também a grandes empreendimentos hoteleiros já existentes como Jardim Atlântico, Arraial Canabrava e Comandatuba, enquanto o Centro Turístico de Porto Seguro comandará a atividade turística na região, polarizada pelo município de Porto Seguro, o segundo pólo turístico da Bahia após Salvador.

Praias ainda selvagens em extensões contínuas pontilhadas por vilas de pescadores, recursos submarinos da APA Ponta da Baleia e do Parque Nacional Marinho de Abrolhos com seus corais, esponjas e periódicas visitas das baleias Jubarte, e o Projeto Tamar compõem elos naturais com as bases históricas e culturais do turismo comum, litorâneo e generalizadamente massificado. O Projeto TAMAR - Projeto Nacional de Conservação e Manejo das Tartarugas Marinhas, é sem dúvida, a maior logomarca ambiental do País por sua ampla divulgação e está localizado, principalmente, em pontos do litoral de Sergipe, do Espírito Santo e da Bahia. A Praia do Forte, próxima da cidade de Salvador recebe mais de 2.000 visitantes semanais e comercializa objetos logomarcados, filmes em vídeo e a participação de visitantes em atividades de campo do Projeto, como desova e soltura de filhotes ao mar, conjugando a função turística massificada com a difusão de princípios conservacionistas.

CONCLUSÕES

O Brasil caminha lentamente na definição do seu espaço turístico, é o que considera Rodrigues (1996), em que pese as recentes estratégias de incorporação de novos espaços e da especialização de outros já existentes. A modelagem turística apoiada no estoque de natureza juridicamente protegida, a exemplo de países do Primeiro Mundo, carece de políticas alicerçadas sobre infra-estruturas condizentes voltadas tanto ao lado da proteção ambiental quanto ao econômico. Nesse prisma, o Ecoturismo não pode se fazer prescindindo dos elementos básicos do espaço turístico: oferta, demanda, transportes, serviços, infra-estrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e comercialização. Também não pode dispensar o aparato de controle ambiental e requer posturas mentais receptivas da sujeição dos espaços naturais protegidos ao impacto do fluxo de consumidores. No Brasil, esses elementos ainda não interagem suficientemente o que vem justificar o pânico que acomete os Órgãos ambientais ao se confrontarem com o turismo ou a simples idéia dele nos seus redutos de natureza, daí que a abertura dos Parques Nacionais ao turismo ainda está longe de se considerar implementada. De outro lado, programas de alta densidade financeira e grande aporte construtivo sobre o meio ambiente, como é o caso do Programa Turístico do Estado da Bahia, se colocam em posição quase oposta, o que leva à reflexão sobre qual é o modo de gestão adequado à condução do desenvolvimento turístico sem prejuízos para o meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA

- ARREGUI, JUAN O.** “Políticas de Turismo en las Areas Protegidas de América Latina”. In: Flora, Fauna y Areas Silvestres. FAO/PNUMA. Santiago, Chile. 1993.
- BAHIA.** SECRETARIA DA CULTURA E TURISMO. CODETUR. “Programa do Desenvolvimento Turístico da Bahia”. Oportunidades de Investimentos. Salvador, 1995.
- BAHIA.** SECRETARIA DO PLANEJAMENTO CIÊNCIA E TECNOLOGIA. CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS. “Unidades de Conservação - Áreas de Proteção Ambiental - no Litoral da Bahia. Salvador, 1996.
- BECKER, BERTHA K.** “Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu Impacto na Região Costeira”. Série Gerenciamento Costeiro - PNMA - MMA. Brasília, 1995.
- BOO, ELIZABETH.** “Ecoturismo: Potenciales y Escollos”. WWF. Washington, D.C., 1992.
- BRASIL.** MICT/MMA. “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”. EMBRATUR/IBAMA. Brasília, 1994.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO. EMBRATUR. “Manual de Ecoturismo”. Brasília, 1994.

CAVACO, CARMINDA. “Turismo rural e desenvolvimento local”. In Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. Hucitec. pp. 94-121. S. Paulo, 1996.

CEBALLOS-LASCURÁIN, HÉCTOR. “El Turismo u las Areas Protegidas en América Latina y el Caribe”. In: Flora, Fauna y Areas Silvestres. FAO/PNUMA. Santiago, Chile. 1993.

CHÁVEZ, EROS S. y ROSABAL, P.M. “Ecoturismo em Areas Protegidas”. In: Flora, Fauna y Areas Silvestres. FAO/PNUMA. Santiago, Chile. 1993.

BODSTEIN, LUIZ C. “Conservação Ambiental e Desenvolvimento Turístico no Brasil - Conciliação e Perspectiva” . In Turismo em Análise, v.3,n.1, pp 99-112. São Paulo. ECA/USP. 1992.

MILANO, MIGUEL, BERNARDES, T. e FERREIRA, L.M. “Possibilidades Alternativas para o Manejo e o Gerenciamento das Unidades de Conservação”. IBAMA-PNMA. Brasília, 1993.

MULLER, ARNALDO C. “Conceitos e Valores de Áreas Silvestres”. Anais do I Simpósio Nacional de Ecologia - v.III, pp 58-64. Curitiba, 1978.

RODRIGUES, ADYR A. BALASTRERIE. “Geografia e Turismo - Notas Introdutórias”. Revista do Departamento de Geografia n.7. pp 71-82. USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1992.

RODRIGUES, ADYR A. BALASTRERIE. “Desafios para os estudiosos do turismo”. In: Turismo e Geografia. Hucitec pp 17-32. São Paulo 1996.

RUSCHMANN, DORIS V.D.M. “O Turismo Ecológico no Brasil: a Pesquisa, as Dificuldades e os Resultados”. 1994. Fonte incompleta.